

## **O CAMPO BUROCRÁTICO DO ESTADO EM AÇÃO NAS FAVELAS: UMA MAQUIAGEM DO ESPAÇO**

**Vanessa Brulon** (FACC/UFRJ) - vanessabrulon@facc.ufrj.br

**Alketa Peci** (Instituição - a informar) - alketa.peci@fgv.br

### **Resumo:**

*Neste trabalho tivemos por objetivo analisar em que medida os agentes do campo burocrático do Estado em ação nas favelas, no contexto da pacificação, transformam o espaço social, em prol da superação das condições de desigualdade. Partimos de uma compreensão do Estado enquanto um campo de poder, e buscamos relacioná-lo à noção de processos de organizar, com base na processualidade inerente a ambos. Pautamo-nos, ainda no conceito de espaço social, compreendido a partir de um imbricamento entre social e material. A coleta de dados se deu por meio de pesquisa de campo de inspiração etnográfica em duas favelas cariocas, durante 1 ano e 4 meses, acompanhada de 91 entrevistas semi-estruturadas. Os dados foram analisados para codificação em categorias empíricas, agregadas em categorias de segunda ordem, que em seguida foram agregadas em categorias teóricas. Buscamos demonstrar como o campo burocrático do Estado impõe padrões de dispersões e sobreposições aos processos de organizar de seus agentes. Em seguida, mostramos que tais processos de organizar parecem ser capazes de realizar uma “administração da pobreza”, baseada em mudanças paliativas, ou mudanças materiais que dão os contornos de uma “maquiagem”.*

**Palavras-chave:** *Campo Burocrático do Estado; Espaço Social; Favelas.*

**Área temática:** *GT-02 O Lugar do Espaço nos Estudos Organizacionais: Espacialidades, Materialidades, Territorialidades*

## **Introdução**

Era uma sexta-feira do mês de outubro, e aquela não era a primeira reunião entre UPP e moradores à qual eu me dirigia. Depois de 10 meses de pesquisa de campo, já estava habituada a participar de tais reuniões, embora agora não fossem mais tão frequentes quanto eram no passado, conforme me relatavam os moradores. Desta vez, a reunião seria em conjunto com o SEBRAE e, diferentemente das anteriores, não aconteceria na base da UPP, mas sim em uma instituição filantrópica voltada para educação formal, localizada na rua principal da favela da zona Sul.

Ao entrar no prédio da organização perguntei onde seria a reunião, e pediram que eu aguardasse na biblioteca, para onde me dirigi. No centro da sala havia algumas poltronas que contornavam um tapete redondo. Sentei-me em uma delas, acompanhando duas mulheres que já estavam ali. Cheguei à reunião pontualmente às 15h, e após tantas horas aguardando atrasos ao longo dos meses que ficaram para trás, não me parecia estranho que ainda não houvesse quase ninguém ali. Depois de longas conversas sobre faculdades, filhos e medicina oriental, uma hora após o horário marcado, começou a me bater um estranhamento em relação à quase completa ausência de moradores na reunião. Ainda erámos apenas três. Uma das mulheres era uma moradora do “asfalto” que estava hospedada em uma pensão na favela, e estava ali à pedido da dona do estabelecimento, para levantar informações a respeito do SEBRAE. A segunda, uma moradora da favela, que também atuava como funcionária do CRAS, respondeu à verbalização do meu estranhamento firmando o seu crachá de representante do CRAS no peito, e virando-o para mim. Enfatizou que estava ali apenas como representante do CRAS, porque enquanto moradora da favela de forma alguma frequentaria uma reunião da UPP. Questionei o porquê, e ela me respondeu, em um tom de revolta: “porque isso aqui é muita fantasia! É uma fantasia que não corresponde à realidade...” (Notas de Campo, 18/10/2013).

Não entendi muito bem, pelo menos naquele momento, à que fantasia a moradora se referia - e também não tive oportunidade de questioná-la, pois fomos interrompidas ali para o início da reunião. Mas àquela altura já me parecia claro que a ideia de “favela pacificada” propagada para o “asfalto”, especialmente por propagandas políticas e pela mídia em geral, não correspondia à “favela pacificada” vivenciada pelos moradores. Compreendia que as transformações na favela decorrentes da chamada “pacificação” não eram experimentadas pelos moradores de favela da forma como vinha sendo divulgado. Um bom indício para a minha compreensão vinha da minha própria vivência das favelas:

o morro que eu subi havia 10 meses não era mais o mesmo que eu subia naquele momento – a “favela pacificada” que eu experimentava em minha pesquisa era bem diferente da que construí enquanto moradora do asfalto, que apenas a lia no jornal.

No contexto atual de política de pacificação, em que algumas favelas cariocas passaram a contar com um Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), composta por grupamentos policiais armados em seus territórios, é inegável que o Estado está mais presente nas favelas. Foi surpreendente notar a grande quantidade de representantes do Estado, nas mais diversas áreas de atuação, agindo cotidianamente nestes espaços.

Entretanto, ainda mais surpreendente foi perceber que mesmo com a intensa presença do Estado, demandas sociais básicas ainda não eram atendidas. Foi possível observar, diariamente, o sofrimento dos moradores com o problema do lixo, faltas constantes de água e de luz, alagamentos e desmoronamentos com chuvas, falta de saneamento básico. O convívio com ratos e baratas era constante. E diante disso, os moradores se perguntavam o que o Estado estava fazendo ali.

Como uma tentativa de buscar elucidar esta questão, o presente artigo tem como objetivo analisar em que medida os agentes do campo burocrático do Estado em ação nas favelas, no contexto da pacificação, transformam o espaço social, em prol da superação das condições de desigualdade.

### **O Campo Burocrático do Estado e os Processos de Organizar**

O conceito de campo é definido por Bourdieu e Wacquant (2012, p. 134) “como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones”. Os campos, assim pensados, são relacionais, dinâmicos, em constante mudança (EVERETT, 2002). Para Bourdieu e Wacquant (2012) é importante ter em mente que cada campo possui sua lógica específica que vai determinar o seu funcionamento particular.

O Estado, na visão particular de Bourdieu (2012), é entendido como um campo burocrático ou campo da função pública, que se define “par la possession du monopole de la violence symbolique e légitime”, capaz de regular os demais campos (BOURDIEU, 2012, p. 14). Em termos mais específicos, Bourdieu, Wacquant e Farage (1994, p. 3), a partir da proposição weberiana, definem o Estado como “an X (to be determined) which sucessfully claims the monopoly of the legitimate use of physical and symbolic violence over a definite territory and over the totality of the corresponding population”. Para Bourdieu, (2014) o Estado não é um bloco, não pode ser compreendido como uma unidade monolítica. O Estado é um campo, um setor específico do campo de poder.

Assim como os demais campos descritos por Bourdieu, o campo burocrático do Estado também possui uma lógica própria. Segundo Bourdieu (2012), no interior deste campo joga-se um jogo particular, o jogo político legítimo.

A observação empírica nas favelas serviu para nos apontar para o conceito de campo como aquele que melhor retrataria o Estado, pelo menos na situação investigada. Conforme explica Bourdieu (2014), dentro do campo burocrático do Estado existem agentes com interesses diversos, que por isso estão em constante luta. As lutas são intrínsecas ao campo burocrático do Estado (BOURDIEU, 2014). Ao observar um campo e, portanto, uma arena de disputas, vivenciamos e ouvimos relatos de conflitos e competições entre os agentes com os quais buscávamos conviver.

Segundo a perspectiva processual, inerente aos campos de poder, buscamos romper com a noção de organização e trabalhamos neste artigo com a ideia de processos de organizar. Uma das pesquisadoras mais emblemáticas no abandono da noção de organizações para seguir a perspectiva processual, Czarniawska (2010) argumenta que os pesquisadores deveriam estudar os processos de organizar enquanto conexões entre ações. A autora assume a noção de processos de organizar enquanto uma cadeia de ações, enquanto conexões não lineares entre eventos que possuem um propósito (Czarniawska, 2014). Processos de organizar, lembra Czarniawska (2010), podem ocorrer dentro de organizações formais, mas raramente estão contidos em seus limites, e impor esta moldura ao cenário exclui muitos fenômenos novos que estão relacionados aos processos de organizar. A liberação dos processos de organizar desta moldura artificial imposta pelo limite virtual de uma organização formal, na visão da autora, pode ajudar os pesquisadores a examinar processos de organizar que acabam escondidos quando se tem um foco nas organizações. Conforme a autora:

My plea is to study organizing as the connection, re-connection, and disconnection of various collective actions to each other, either according to patterns dictated by a given institutional order or in an innovative way. Such collective action need not be performed within the bounds of a formal organization (Czarniawska, 2010, p 154).

Com base nesta ideia, Lindberg e Czarniawska (2006) explicam que o conceito de redes de ações tem como pressuposto a ideia de que os processos de organizar demandam que diferentes ações coletivas estejam ligadas entre si seguindo um padrão institucionalizado.

Segundo Czarniawska (2014), é quando as ações são repetidas que elas se tornam percebidas como padrões de ação, e é por isso que a repetição de ações torna-se tão importante. Há, na literatura de estudos organizacionais processuais, uma demanda por análises processuais que tragam contribuições a respeito de padrões repetitivos entre atividades e eventos (Langley e Tsoukas, 2010). Como forma de contribuir para esta lacuna, buscamos demonstrar neste artigo como a dinâmica dos campos pode impor certos padrões aos processos de organizar apontando, ainda, a relação entre estes padrões e o espaço social.

### **Espaço Social e Sociomaterialidade**

A demanda pela retomada da dimensão espacial em estudos organizacionais (e.g. Dale and Burrell, 2008; Clegg and Kornerberg, 2006) parece estar sendo atendida por alguns pesquisadores da área. As discussões sobre a relação entre espaço e organizações hoje transpassam uma grande diversidade de temas e são utilizadas para embasar a análise de diferentes objetos de estudo. O conceito de espaço foi retomado para análises em torno da educação gerencial (Beyes and Michels, 2011), para lidar com a questão do gerenciamento e gênero no local de trabalho (Collinson and Collinson, 1997), ou para analisar a aprendizagem organizacional (Fahy, Easterby-Smith and Lervik, 2014), para mencionar alguns exemplos.

Ainda, as tentativas de estabelecer uma relação entre espaço e organizações tomaram percursos teóricos diferentes. Alguns pesquisadores estão preocupados com a relação entre relações sociais e suas maneiras de organizar e os efeitos disso nas transformações territoriais (e.g. Daskalaki, 2014; Costa e Goulart, 2011; Goulart et al, 2010). Outros autores, seguindo percursos teóricos diferentes, discutiram a relação entre espaço e relações de poder (Kerr and Robinson, 2015; Fleming and Spicer, 2004; Hirst and Humphreys, 2013; Panayiotou and Kafiris, 2011). Outros, de forma ainda mais específica, focaram na materialidade do espaço, para compreender a sociomaterialidade de artefatos dentro das organizações (e.g. Dale, 2005; Conrad and Richt, 2013).

Embora o conceito de espaço venha sendo retomado na área de estudos organizacionais por muitos caminhos teóricos diferentes, existe um predomínio de pesquisas que dão atenção, pelo menos como um ponto de partida, ao trabalho de Henri Lefebvre, um importante geógrafo francês, e o seu conceito de espaço social. O conceito de espaço social, cunhado por Lefebvre (2007), e também desenvolvido por outros

autores como Milton Santos, Raffestin, ou Soja, baseia-se na ideia de um imbricamento entre o social e o material – o espaço é produzido por práticas, é formado por um conjunto de relações (Lefebvre, 2007), e portanto o social lhe é inerente. Assim, o espaço social é constituído, não como um sujeito ou como um objeto, mas como uma realidade social, um conjunto de relações e formas (Lefebvre, 2007). A importância das relações sociais para se pensar em um espaço social, que é muito mais do que um espaço físico, é reforçada por Lefebvre (2007, p. 83): “any space implies, contains and dissimulates social relationships - and this despite the fact that the space is not a thing but rather a set of relations between things”. Nesse sentido, segundo Lefebvre (2007), o espaço social não é simplesmente uma coisa ou um produto entre outros, mas ele contém coisas produzidas e as suas inter-relações.

A processualidade inerente ao conceito de espaço social, como cunhado por Lefebvre (2007), é explorada por muitos autores. Beyes and Steyaert (2011), por exemplo, propõem o conceito de “spacing”, buscando redefinir o espaço enquanto performance, como processual. Baseados no trabalho de Lefebvre, os autores se dedicam à “possibility of embodied apprehension of the everyday performing of space” (Beyes and Steyaert, 2011, p. 6). Outros, preferem falar em uma sociomaterialidade, destacando o papel social inerente à materialidade e, assim, sua processualidade (Dale, 2005; Orlikoeski, 2007; Conrad and Richt, 2013). Seguimos aqui também esta perspectiva processual para se pensar o espaço, buscando relacioná-lo ao campo e aos processos de organizar.

### **Método de Pesquisa**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo com duração de um ano e quatro meses (de janeiro de 2013 a abril de 2014) em duas favelas cariocas. A pesquisa de campo incluiu observação participante, de inspiração etnográfica, bem como 91 entrevistas semi-estruturadas.

Na pesquisa de campo desenvolvida na presente pesquisa, buscamos, em um primeiro momento, nos inserir na vida das favelas estudadas por meio de contato com os moradores locais, e a partir deles identificar os representantes do Estado que se inserem no cotidiano das favelas. As visitas às favelas eram sempre acompanhadas de notas de campo.

Também foram realizadas entrevistas com representantes do Estado que atuavam nas favelas e com moradores, para complementarmos ou aprofundarmos algumas

informações. Nesse sentido, foram realizadas 91 entrevistas, que duraram em média 2 horas. Vale ressaltar que as entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado. Os entrevistados são especificados nas Tabelas 1, 2 e 3 a seguir:

**Tabela 1. Entrevistados na Favela da Zona Sul**

<b>Categoria de Entrevistados</b>	<b>Quantidade</b>
Moradores de Favelas	17
Policiais da UPP	10
Representantes do PAC	5
Representantes do Programa Territórios da Paz	2
Representantes do Programa UPP Social	2
Representantes do CRAS	2
Representantes da Clínica da Família	1
Representante do CIEP	1
Representantes do ITERJ	4
Representantes do CRJ	1
Representantes da Comlurb	2
Total	47

**Tabela 2. Entrevistados na Favela da Zona Norte**

<b>Categoria de Entrevistados</b>	<b>Quantidade</b>
Moradores de Favelas	14
Policiais da UPP	11
Representantes do Programa Territórios da Paz	2
Representantes do Programa UPP Social	2
Representantes do CRAS	6
Representantes da Comlurb	2
Total	37

**Tabela 3. Entrevistados Gerais**

<b>Categoria de Entrevistados</b>	<b>Quantidade</b>
Representante Geral da UPP	2
Representante Geral do Programa Territórios da Paz	2
Representante Geral do Programa UPP Social	3
Total	7

Os moradores entrevistados foram selecionados com base na observação participante, que possibilitou identificar lideranças comunitárias e moradores que tinham mais contato com os representantes do Estado que atuavam nas favelas investigadas. Os representantes do Estado entrevistados também foram selecionados com base na observação, que possibilitou identificar aqueles que atuavam diretamente na favela em questão ou ocupavam um cargo superior nos programas voltados para a favela. Foi adotado o critério de saturação para a determinação do número total de entrevistas necessárias.

Para a análise dos dados coletados, foi realizada uma codificação inicial das notas de campo e nas entrevistas transcritas, que totalizaram mais de 3.200 páginas de dados. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software Atlas.ti 7, de forma a facilitar a organização dos dados. Com a ajuda do software, a primeira etapa da análise se deu por meio de um processo de codificação manual dos temas emergentes, baseados no interesse de pesquisa inicial. Por meio deste processo, que consistiu em uma análise detalhada, linha por linha, todos os dados foram codificados, resultando em categorias emergentes, as quais aqui serão denominadas de categorias empíricas.

No estágio seguinte, as categorias empíricas foram agregadas em categorias de segunda ordem, de acordo com padrões comuns entre elas. Em uma terceira etapa da análise de dados, por meio da integração de teoria, buscou-se a emergência de temas teóricos para o desenvolvimento de categorias teóricas.

A partir deste ponto, a experiência de campo será relatada na primeira pessoa, tendo em vista que a coleta de dados foi realizada pela primeira autora deste artigo.

### **Dispersões e Sobreposições em Processos de Organizar**



Conversava com um morador da favela da zona Sul – favela que recebe particularmente muitos recursos públicos – e, no ápice de seu relato a respeito de sua relação com o Estado ao longo de sua vida enquanto morador de favela, ele desabafou em um tom de indignação: onde está todo esse investimento público aqui dentro? Depois do seu desabafo, confiou-me o que chamou de sua “teoria”, a qual um dia pretendia estudar formalmente em um trabalho de mestrado: se pegarmos todos os recursos públicos investidos na favela desde a década de 1980, incluindo aí investimentos em obras, projetos sociais, e até mesmo o salário de todos os gestores públicos que já haviam passado por lá, e distribuíssemos este dinheiro para pagar ensino superior de pelo menos dois membros de cada família da comunidade, a favela estaria muito melhor. Sua “teoria” me fez pensar. Ela tinha por trás a premissa de que as ações dos agentes do Estado na favela deveriam ter relação entre elas, estar direcionadas para um mesmo objetivo, seguir uma mesma direção, que, na visão dele, girava em torno da questão da educação.

De fato, a lógica deste morador estava muito longe de estar sendo seguida pelos agentes do campo burocrático do Estado que eu observava em minha pesquisa de campo. Suas ações não se guiavam por um mesmo objetivo, não seguiam uma mesma direção, e poucas vezes estavam relacionadas. Acontece que o conjunto de ações que compõem os processos de organizar são moldadas por instituições (LINDBERG e CZARNIAWSKA, 2006), e cada uma daquelas “organizações” que se apresentavam enquanto agentes do campo burocrático do Estado seguiam, em alguma medida, as suas lógicas próprias.

A lógica de confronto que predomina nas UPPs condicionam, embora não determinem, uma série de ações que se voltam para o combate de um “inimigo” nas favelas. Com o objetivo de retomar o território, os processos de organizar dos policiais das UPPs são marcados, em sua maioria, por esta lógica de confronto, que os faz abordar e revistar moradores, realizar prisões e apreensões de armas e drogas, barreiras policiais nas entradas das favelas, para que nenhum inimigo possa escapar. As ações que compõem os seus processos de organizar guiados pela lógica do confronto parecem estar conectadas: há um planejamento da distribuição dos policiais pelo território com base em índices criminais ou de informações do serviço de inteligência, que controla a favela por meio de estratégias de disfarce como o uso de microcâmeras; a identificação do criminoso a partir da “fundada suspeita” (exemplifica como o uso de casaco em um tempo quente, a reunião de um grupo de jovens ou uma postura tensa diante da presença do policial) está associada à abordagem e revista; prende-se se for o caso; apreende-se suas drogas e armas, caso encontradas.

Esta primeira rede de ações parece ser complementada por processos de organizar moldados pela lógica civilizatória, também característica das UPPs. As duas redes de ações parecem estar conectadas entre si, na medida em que a segunda ajuda a “orientar” potenciais criminosos para que estes não ingressem na vida do crime, evitando assim que a primeira rede de ações tenha que ocorrer ou que seja finalizada com prisões e apreensões. É nesse sentido que os policiais da UPP realizam atividades sociais com crianças, buscando transmitir, por meio destas ações, valores considerados “superiores” a crianças que não têm de onde tirá-los: “Se você começar a incentivar os esportes... ah mas não é um trabalho da polícia? É sim, poxa. Se eu estou tirando aqui os jovens que estariam ingressando no mundo do crime através do esporte, é um trabalho da polícia sim. E é dessa transformação que a gente quer participar” (Representante da UPP 3, Favela da zona Sul). E é também guiados por esta lógica, que os policiais assumiram um novo processo de organizar: a autorização dos eventos da comunidade. Para melhor regulamentar esta questão foi criada a resolução 013, que se tornou famosa nas comunidades por produzir indignação. Os bailes funks são proibidos e, às vezes, até mesmo o som do funk em rádios ou celulares são reprimidos pelos policiais. Em uma reunião para tentar estabelecer regras a respeito da realização de eventos na favela da zona Sul, um representante da UPP chegou a discutir com os donos dos estabelecimentos o tipo de música que eles poderiam tocar ou passar nas TVs: “Ah não, tem o DVD ali e a televisão, vai botar o UFC? Beleza. Jornal da Globo? Beleza. (...). Po, quadradinho de oito, quadradinho de nove, sei lá, po, acabou, acabou, acabou tudo. Não tem como, é seis por meia dúzia” (Reunião Gravada, 05/06/2013). A crença é que o funk está relacionado com o tráfico e incentiva a violência, e a sua proibição ajuda a afastar os moradores da criminalidade.

Mas a lógica civilizatória não é exclusiva das UPPs. Também no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é esta a lógica predominante. No caso do PAC, os processos de organizar de ambas as suas frentes de ação (frente social e frente de obra) parecem ser moldados por esta mesma lógica. Na frente de obras, parte-se da lógica civilizatória para se fazer crer que é possível determinar por si mesmos aquilo que é melhor para os moradores, ainda que estes não concordem. E nesse sentido, forma-se uma rede de ações bastante embasada: negocia-se com os moradores a sua remoção, e é legítimo partir para ameaças, porque no fim ser removido será melhor para o morador; depois, remove-se as casas, ainda que contra vontade; e as obras, baseadas em um projeto pronto desenvolvido por quem sabe o que é o “melhor”, são, finalmente, postas em ação.

A frente social, por sua vez, pautando-se na mesma lógica, realiza a gestão de impacto, auxiliando no cadastro dos moradores para os fins de remoção, e posteriormente ensinando-os a habitar os novos prédios, guiados pelos valores da “civilização” e seguindo a melhor forma de habitar. As reuniões de integração contam com ações como explicações a respeito da importância de que tudo seja padronizado nos apartamentos, por questões estéticas, até a explicações a respeito de como funciona uma gestão condominial e a eleição do síndico do novo prédio, com a intermediação dos representantes do PAC. A gestão territorial se propõe a capacitar os moradores para trabalhos que lhes são dignos, como os serviços de garçons ou de cabeleireiros, ou a educar ambientalmente os moradores daquela comunidade.

A UPP Social, guiada pela chamada lógica da inversão tem os seus processos de organizar guiados por outros propósitos e direcionados para outro lugar. Inicialmente com o objetivo de encaminhar demandas, estabelecendo um vínculo entre o poder público e os moradores, os representantes da UPP Social desempenhavam processos de organizar que, conforme indicam a sua lógica, estão direcionados de baixo para cima, por meio de uma rede de ações que começa na favela até chegar aos órgãos que convém: começa-se por realizar ações que possibilitem compreender as demandas da comunidade, como a participação de reuniões organizadas pelos próprios moradores, ou por outros agentes, ou até mesmo em mutirões de limpeza, levantamentos de informações sobre a favela por meio de observação e conversas informais com moradores; organizam as demandas e informações levantadas em relatórios ou mapas, o que funciona como uma ação intermediária que busca “traduzir” aquilo que lhes diz a favela e os moradores em uma “linguagem” que os agentes do Estado estejam mais habituados a compreender; relatórios e mapas são encaminhados aos órgãos responsáveis por atender as demandas neles apontadas. Esta “tradução” também se apresenta como uma “formalização do informal”, por meio da qual os agentes tentam formalizar aquilo que já existe de forma informal na favela, como foi o caso da formalização nomes das ruas ou regiões informalmente atribuídos pelos moradores. Em período posterior, quando a UPP Social tentava se desvencilhar do levantamento de demandas, suas ações passaram a girar em torno, principalmente, da participação em eventos e reuniões da comunidade, o que também auxiliava em um levantamento de informações, e no estabelecimento de vínculos entre os moradores e organizações privadas que pudessem auxiliá-los em suas demandas não atendidas. Assim, por meio de uma rede de ações “de baixo para cima” os burocratas da UPP Social invertem os processos de organizar.

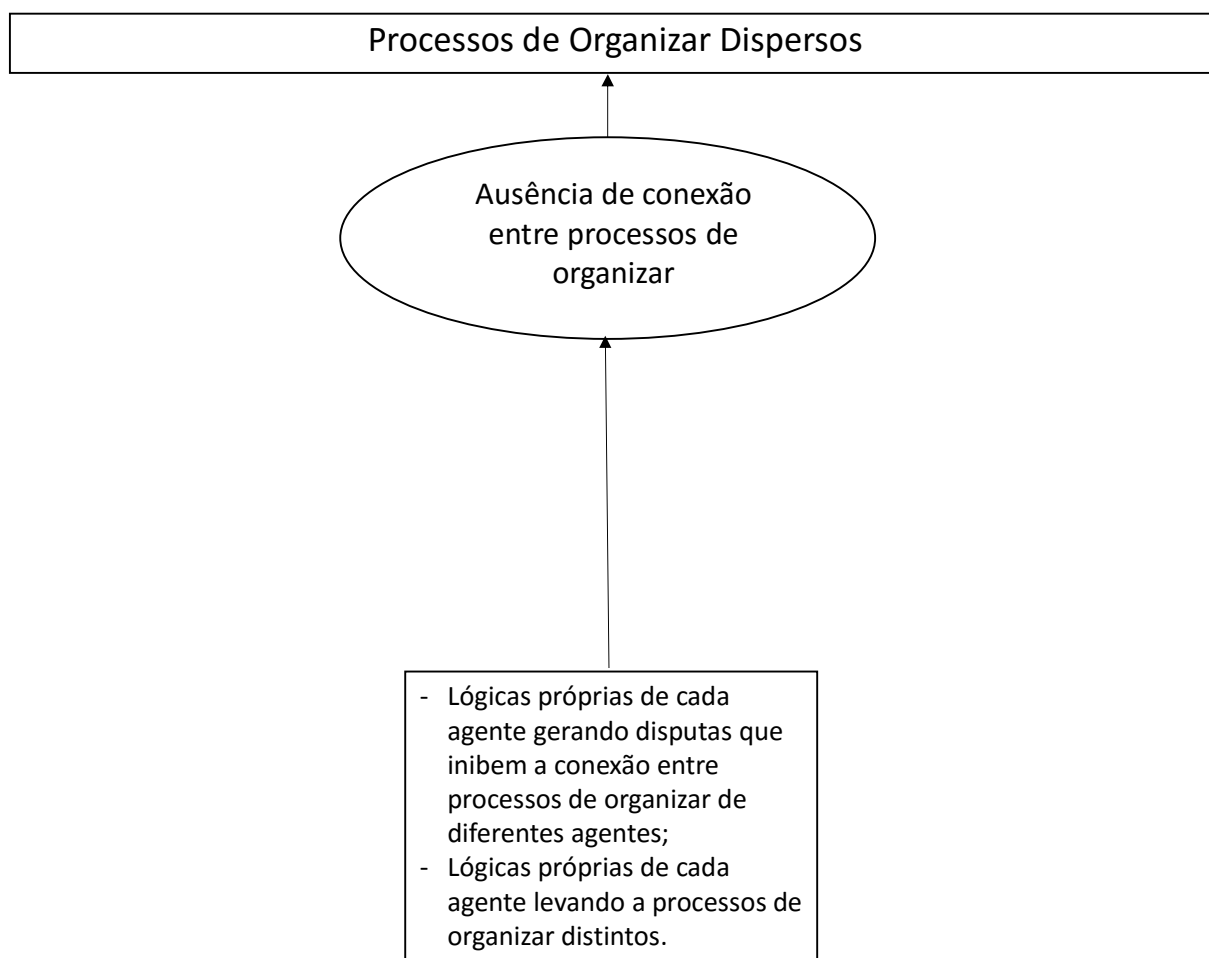
O programa Territórios da Paz, como guiado pela mesma lógica da inversão, parece apresentar processos de organizar bastante semelhantes, e a inversão da rede de ações também ocorre aqui. Aqui também vão do levantamento de demandas e informações em campo, para a sua tradução e o seu encaminhamento. Porém, acrescenta-se, talvez como consequência de uma lógica de inversão ainda mais impregnada, o fortalecimento das redes de moradores, o que acabou tornando-se o objetivo principal do programa. Nesse sentido, essa preocupação com o fortalecimento também se estende para processos de organizar que vão além de encaminhamentos e levantamentos de demandas e que passam para ações voltadas, por exemplo, para o “fortalecimento” de jovens, o “fortalecimento” de mulheres, por meio de eventos e atividades voltados especialmente para eles, a criação de uma rede de comerciantes, ou o incentivo à troca de experiências entre moradores de diferentes favelas, para que estes possam, juntos, se fortalecer. Ainda, a partir da ideia de que cada favela tem as suas demandas específicas, os representantes do Territórios da Paz possuem uma grande autonomia de ação, e costumam construir as suas agendas e decidir a respeito de seus processos de organizar de acordo com o que acontece em cada favela, o que faz com que mesmo as ações dos agentes deste mesmo programa possam ser bastante desconectadas.

Pautado em sua lógica de prevenção, o CRAS apresenta processos de organizar que tendem a se antecipar a problemas mais graves. Realizam uma rede de ações que parte da participação em eventos da comunidade, com o propósito de identificação de moradores ou famílias mais “frágeis”, para o cadastro destes moradores, seja no cadastro único ou no banco de dados do CRAS, e culmina na oferta de benefícios que tendem a evitar problemas futuros, como o bolsa família, a tarifa social da Light, o desconto em inscrições em concursos públicos, a participação em grupos de convivência, o acesso a cursos gratuitos ou o acesso a atividades culturais diversas. Conforme explicou uma representante do programa:

O CRAS é a porta de entrada para as famílias que querem acessar os serviços e benefícios prestados pela prefeitura; ter acesso ao programa de transferência de renda, que é o Bolsa Família; os serviços de convivência, que são os grupos, e que também são as diretrizes do Ministério; e informações sobre os direitos da população (Representante do CRAS 2, favela da zona Sul).

Vale ressaltar que os processos de organizar descritos não seguem uma sequência rígida, e por isso se fala em redes e não em cadeias de ação. Os processos estão conectados, mas podem acontecer em ordens diversas.

Conforme lembram Lindberg e Czarniawska (2006), para que haja processos de organizar entre organizações, é necessário que as ações separadas no tempo e no espaço sejam de alguma forma conectadas, formando uma cadeia ou rede destes processos de organizar. Entretanto, no campo burocrático do Estado em ação nas favelas os agentes possuem lógicas próprias que intensificam as disputas no campo de poder. Como decorrência das disputas do campo, muitas vezes os processos de organizar dos diferentes agentes são impedidos, ou ao menos inibidos, de estabelecer conexões entre si, e, como resultado, deparamo-nos com processos de organizar dispersos, que estão direcionados para objetivos diferentes e para aspectos diferentes da vida na favela. O conceito de processos de organizar dispersos e os elementos empíricos que conduziram a ele podem ser observados na Figura 1 a seguir:



**Figura 1. Processos de Organizar Dispersos**

As lógicas próprias de cada agente incentivam disputas que, por sua vez, inibem as conexões entre os processos de organizar. Os processos de organizar dispersos tornam ainda mais difícil enxergar o que faz “o Estado” na favela, e conduz à indignação do morador que se questionou a respeito de onde está o investimento de tantos anos que o Estado direcionou à favela. Ainda que “o Estado” não exista enquanto uma entidade homogênea a qual de alguma forma eu fui procurar, nem mesmo os seus processos de organizar são homogêneos ou conectados entre si, justificando a minha sensação inicial de que “o Estado” está por toda a parte, e age em várias direções - o que se tornou uma angústia e fez da minha pesquisa de campo algo muito mais complexo.

Como os processos de organizar dos diferentes agentes raramente estão conectados, eles também acabam, muitas vezes, por se sobrepor, como ações semelhantes, porém separadas. Isto significa dizer que mesmo quando os agentes se voltam para o mesmo aspecto da vida na favela, ou apresentam algum objetivo em comum, suas ações são realizadas de forma isolada umas das outras. A sobreposição de ações é reconhecida pelos próprios agentes:

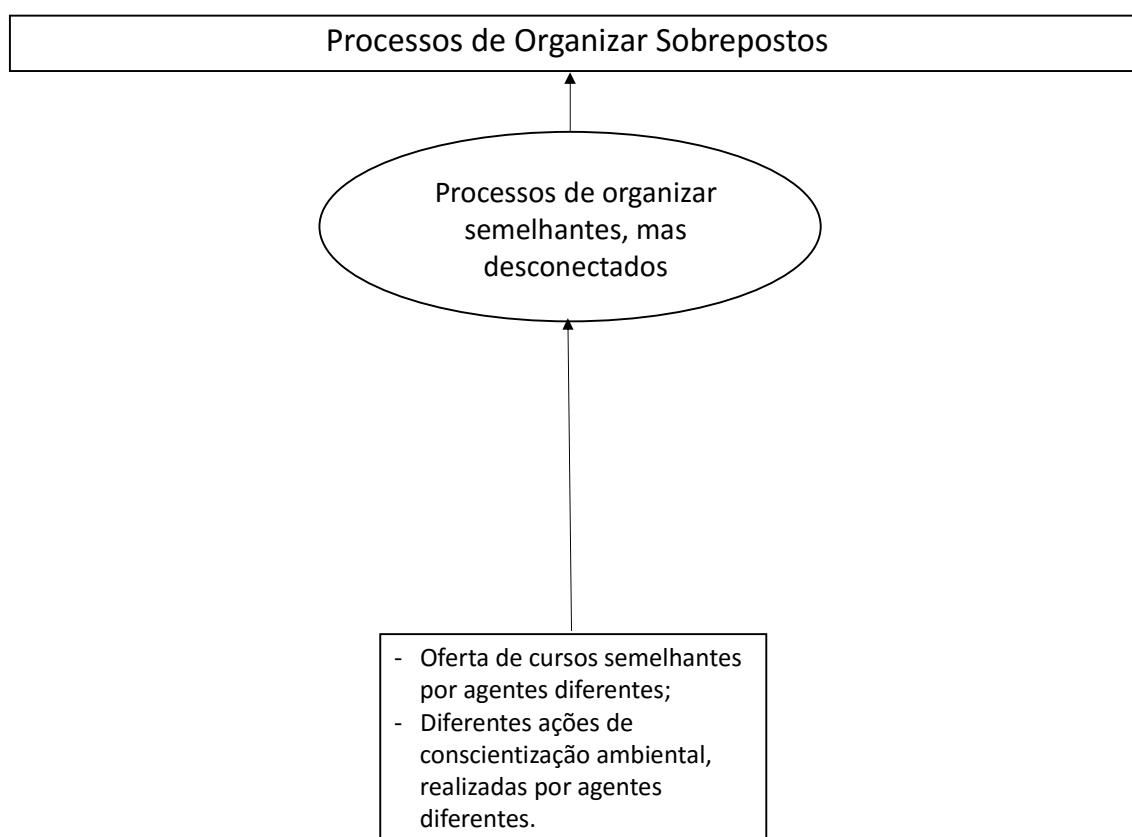
(...) a quantidade de coisas acontecendo ao mesmo tempo e assim o tanto que uma atropela, vai por cima da outra, então a gente tenta. É, assim ver o que tem de recurso disponível e usar ele da melhor forma possível porque eu acho que quando tem a sobreposição assim tem o desperdício enorme e o desperdício é uma coisa que frustra as pessoas demais, assim, né (Representante da UPP Social 4, favela da zona Sul).

Este é o caso, por exemplo, da oferta de cursos na comunidade. Como diferentes agentes levantam demandas, e às vezes identificam a capacitação como uma delas, cursos são levados aos mesmos moradores por caminhos diferentes, gerando uma certa confusão. Conforme relatou um morador: “Você trouxe um curso de inglês. A UPP Social traz também. UPP Social traz um curso de elaboração de projetos, você traz também. Qual que eu vou fazer? Qual que é o melhor?” (Morador 20, Favela da zona Sul).

Outro exemplo da sobreposição é o caso dos projetos voltados para as questões ambientais e do lixo, importante demanda em ambas as favelas. Diferentes agentes desempenhavam esforços nesta direção: o PAC, por meio de mutirões realizados em parceria com uma ONG formada por moradores da favela; a UPP Social, tentando mapear os melhores pontos de coleta; o Territórios da Paz, que tentou organizar uma semana do meio ambiente; e a própria Secretaria do Meio Ambiente, que realizava ações de

conscientização isoladas. Mas como partem de lógicas diferentes, seus processos de organizar não estabelecem conexões e acabam se sobrepondo sem se conectar. E mesmo quando estão pautados em lógicas semelhantes, como é o caso da UPP Social e do Territórios da Paz, mínimas diferenças em torno destas lógicas já parecem ser suficientes para manter suas ações desconectadas.

Os processos de organizar sobrepostos, conforme aqui estão sendo chamados, bem como os elementos empíricos que conduziram a esta categoria, podem ser observados na Figura 2 a seguir:



**Figura 2. Processos de organizar sobrepostos**

A escassez de conexões entre os processos de organizar dos diferentes agentes leva a processos de organizar dispersos e, às vezes, sobrepostos. E este padrão de ações também aponta para um imbricamento entre processos de organizar e campos de poder, mostrando que as disputas do campo podem inibir conexões de ações de agentes que divergem.

## **A Administração da Pobreza e a Maquiagem do Espaço**

Comparando as favelas que subia em minhas primeiras visitas em campo àquelas que eu subia em meus últimos meses de pesquisa, percebi como a minha noção de “favela pacificada” foi se alterando ao longo do trabalho. Não obstante a minha forte sensação de insegurança típica de uma pesquisadora iniciante, que se põe a fazer observação em um grupo desconhecido pela primeira vez, a favela que eu subia no início da pesquisa era, para mim, uma favela sem tiros, sem armas e sem drogas, por onde eu poderia circular com liberdade assim que eu me familiarizasse com seus tortuosos caminhos. Além disso, era uma favela com um futuro próspero pela frente, que acabava de vivenciar o que naquele momento ainda era para mim “a entrada do Estado” em seu território, e por isso era uma favela cheia de esperança, com tudo para mudar para muito melhor. A favela que eu subi, com tanta tristeza e pesar, pela última vez em abril de 2014, era, para mim, bem diferente. Era uma favela insegura, com drogas e armas de bandidos, em geral, escondidas, e com muitas armas de “UPPs”. Era uma favela que também podia ter tiros, resultantes do encontro de armas de bandidos e de “UPPs”, mas os quais tentava-se velar, evitando-se falar neles, para que não fossem parar na mídia. A circulação pelo seu espaço tinha que ser cuidadosa, porque além das regiões que claramente precisavam ser evitadas, não se sabia muito bem onde se deveria evitar transitar. Era uma favela extremamente mais complexa do que eu pude antecipar, com relações conflituosas, figuras ambíguas, influências políticas e cheia de agentes do Estado, com muita boa vontade, mas com pouco poder de ação. E com isso não quero dizer que a favela tenha se alterado bruscamente em meus meses de pesquisa, mas que a minha “realidade” a respeito da favela se alterou. Nestes últimos momentos eu já entendia bem a que “fantasia” a moradora/representante do CRAS estava se referindo naquela reunião da UPP. A “favela pacificada” para quem está de “fora”, para quem não participa de seu cotidiano (eu, quando subia o morro pela primeira vez), é bem diferente da “favela pacificada” para quem a enxerga “de dentro”, para quem vive como seus habitantes o cotidiano da favela (eu, ao final de minha pesquisa, quando já havia conseguido acessar melhor a visão dos habitantes das favelas).

Observei, o que foi corroborado com relatos de moradores, que as discontinuidades e dispersões que marcam os processos de organizar dos agentes do campo burocrático do Estado não permitem que as favelas sejam efetivamente retiradas de sua condição de pobreza, tendo suas necessidades básicas plenamente satisfeitas. O que se tem, isto sim, é o que os moradores denominam de uma “administração da pobreza”, por meio da qual os agentes do Estado os mantem em uma condição de



“pobreza”, mas uma “pobreza organizada”, diante da qual seja possível viver ou sobreviver: “Não existe a transformação, entende. O que existe é, é, não é questão de ser pelego, não, é a sustentabilidade da miséria” (Morador 15, Favela da zona Sul). A respeito desta noção de “administração da pobreza”, um morador explica:

Porque você entra com a polícia para administrar, administrar a pobreza, sabe? Para administrar a falta de formação, para entrar na casa das pessoas e separar briga de marido e mulher, para dar um corretivo num menino que não tem oportunidade (Morador 27, favela da zona Norte)

Talvez o exemplo mais emblemático disso que os moradores chamam de administração da pobreza seja a questão da educação. Existem, em ambas as favelas, uma grande oferta de cursos, e em geral os agentes reclamam de uma falta de interesse dos moradores em relação a eles. Acontece que estes cursos, oferecidos pelos mais diversos agentes do Estado, proporcionam aos moradores a oportunidade de se capacitarem em profissões que os ajudariam a sobreviver, mas os proporcionariam baixa renda, como cursos de garçom, ajudante de cozinha, manicure ou costura, enquanto os moradores demandam cursos como o de petróleo e gás. Uma representante do PAC, um destes agentes que oferecem este tipo de curso, explicou como não obtêm resultados muito positivos com esta forma de capacitação:

Poucos moradores foram aproveitados. Não porque não foram capacitados, mas porque houve falta de interesse, entendeu. Não se interessaram. Quando era oferecido o curso, o emprego, desculpa, a pessoa dizia que não podia, ou dizia que não tinha feito o curso para conseguir emprego era mais para consumo próprio, enfim, vinha assim com alguma... ou que não podia trabalhar naquele período, até eu vi algumas situações relacionadas a bar. Não me lembro, teve de garçom, de pizzaiolo, de salgados, enfim, acho que tinha algum específico para bar. Não sei se auxiliar de cozinha, alguma coisa assim (Representante do PAC 2, Favela da zona Sul).

Os moradores, por sua vez, contra-argumentam: “Veio com negócio de pizzaiolo, ajudante de restaurante, auxiliar de serviços gerais. Não, a gente não quer isso não. A gente quer coisa maior!” (Morador 15, Favela da zona Sul). É claro que tais profissões são dignas como todas as outras, mas seria muito mais importante, para que os moradores nem mesmo precisassem buscar auxílio do governo neste tipo de curso profissionalizante,

que os recursos fossem investidos em educação básica de qualidade. Na favela da zona Sul, o CIEP que existe dentro da comunidade foi classificado com o pior Ideb do Rio de Janeiro em anos anteriores. Na favela da zona Norte não há escolas.

Além do investimento deficiente em educação, a área da saúde também não teve grandes avanços. Na favela da zona Norte, os moradores lutam por uma Clínica da Família, que foi prometida há anos, mas até hoje não saiu do papel. Precisam se deslocar a hospitais mais distantes, em casos de emergência, e especialmente os idosos da comunidade, que têm dificuldades de locomoção, sofrem com a falta de opções. Já a favela da zona Sul, conta com uma Clínica da Família, que atende às duas comunidades. Entretanto, os moradores não parecem muito satisfeitos com ela. Embora tenham uma boa relação com os médicos e gostem do atendimento local, com o baixo efetivo de funcionários, a Clínica não dá conta de atender a todos os problemas de saúde que aparecem na comunidade, e em muitos casos encaminham os pacientes para outros hospitais. Conforme desabafou uma moradora:

Que que adianta, até as cinco horas aquele posto funciona. Até as cinco. Mas se chegar alguém lá, num estado grave, que eles não podem socorrer, não tem uma ambulância. (...) Então ali é só para atendimento assim, básico, uma gripezinha, uma injeçãozinha, tudo inha, porque mesmo um atendimento que precisa, necessário, a pessoa tem uma parada cardíaca, vai morrer porque ali não tem estrutura para isso (Morador 18, Favela da zona Sul).

Os programas de urbanização e infraestrutura, como o PAC, na favela da zona Sul, ou o Cimento Social, na favela da zona Norte, sofrem críticas constantes dos moradores que questionam a qualidade e importância das obras. Os apartamentos oferecidos pelo PAC, segundo os moradores, são de baixa qualidade: as infiltrações são constantes (como eu mesma pude ver em visita a moradores dos prédios do PAC); os apartamentos são pequenos comparado ao tamanho dos barracos que, em geral, possuíam mais de um andar; não é possível ter instalação para ar condicionado; e os vidros das janelas são tão finos, que um morador brincou que instruiu ao seu neto a falar baixo dentro do imóvel, porque um tom de voz mais alto seria capaz de quebrar as janelas. Questionam, ainda, o fato de priorizarem a abertura de vias carroçáveis, em detrimento da construção de escolas e creches, por exemplo. Reclamam que, para o PAC, abrir via é sinônimo de progresso. O Cimento Social é descrito pelos moradores como um programa que “dá uma pintura” em casas, prioritariamente as mais visíveis. Os moradores reclamam que as obras

feitas nas favelas possuem, em geral, um efeito paliativo e não estruturais como deveriam: “O que precisa ser feito [na favela da zona Norte] são obras estruturais, são obras que criem uma nova galeria de esgoto, que crie a galeria de águas pluviais, que crie um novo abastecimento de água... Quer dizer, são obras estruturais, não são obras paliativas” (Morador 12, Favela da zona Norte).

Esta noção de “administração da pobreza”, que parece se refletir nas mais diversas áreas, é reconhecida por alguns agentes do Estado, que entendem que por mais que se esforcem, suas ações não dão conta de levar grandes transformações para as favelas:

Essas demandas que são mais direcionadas e estão um pouco nesse mito, de tentar na articulação ‘ah, não-sei-o-quê, da água, do lixo, não-sei-o-quê, não-sei-o-quê’, eu acho que a gente de maneira geral não consegue atender. A gente pode tentar atender assim, em nível local e tipo ‘ah, vamos tentar fazer uma melhoriazinha aqui’ (...). Uma melhoria local, uma coisa bem pontual, você consegue. Mas promover uma transformação, não. Não consegue (Representante do Territórios da Paz 3, Favela da zona Norte).

A ideia de “administração da pobreza” nos ajuda a suportar o nosso argumento de que há uma discrepância entre a “realidade” da favela divulgada e assumida por aqueles que lhe são externos, e aquela vivenciada cotidianamente dentro das favelas. Se por um lado acredita-se em uma favela segura, rumo ao desenvolvimento e ao progresso, consequência da inédita “entrada do Estado”, por outro tem-se a visão de que a vivência da favela ainda é produtora de muita insegurança, e esta “entrada do Estado”, que nesta outra visão é, na verdade, apenas uma intensificação de ações do Estado, leva apenas a mudanças paliativas, típicas de uma “administração da pobreza”.

Zaluar (2010) observou em sua pesquisa que os moradores possuem uma consciência de sua condição de oprimidos, explorados, esquecidos, quando afirmavam que “é tudo ilusão”, referindo-se tanto ao carnaval e às promessas dos políticos, quanto aos serviços oferecidos pelas religiões populares. De forma semelhante, em nossa pesquisa os moradores apresentaram uma consciência de sua realidade, e não pareciam se enganar com a “administração da pobreza” que o Estado os oferecia para mantê-los satisfeitos. De maneira similar, aqui usavam a expressão “maquiagem do espaço”, ou alternativamente “mascarar”, “é só fachada”, “fantasia”, dentre outras: “Pra mim, é só, tipo, uma maquiagem, pra mim isso é uma maquiagem” (Morador 13, favela da zona Sul). Usam a metáfora da maquiagem para ilustrar o fato de que privilegiam-se ações

superficiais capazes de transmitir uma boa imagem externamente, ainda que esta imagem não corresponda à realidade interna da favela. Mais do que uma maquiagem, é uma maquiagem malfeita que, como vimos, um único tiro é capaz de revelar suas imperfeições: “eu digo maquiagem, mas maquiagem malfeita, que quando o gesso cai, é sabe quando a gente põe aquela maquiagem no rosto, começa, né? É assim” (Morador 18, favela da zona Sul)

As UPPs, talvez por serem o principal símbolo do Estado na favela e responsável pela inauguração de uma nova fase na relação do Estado com a favela, eram os principais alvos deste tipo de crítica. As expressões que remetiam à “maquiagem do espaço” para caracterizar especificamente o trabalho das UPPs foi usada de forma quase unânime pelos moradores, que às vezes a substituíam por expressões que revelavam um mesmo sentido: a ideia de que os significados que as UPPs transmitem para uma população externa às favelas não corresponde à realidade vivenciada pelos moradores em seu cotidiano. Nestes casos, as expressões variavam para “pacificação de faz-de-contas”, “pacificação para inglês ver”, “UPP como uma fantasia”, “pacificação entre aspas”, “UPP como um cosmético”, “UPP como um programa pra gringo ver”. Um morador assim explicou esta discrepância de visões que este conjunto de expressões revela:

Outro estranho, já vai ter o outro olhar. Porque o outro estranho está pensando que está tudo bem, entende. Você está com esse pensamento agora porque você está vivendo aqui dentro, você está, mas o outro estranho, entende, está, é um outro olhar. Porque o Governo já passou para ele que aquilo foi uma coisa isolada. Que foi um confronto, um trabalho da UPP, que de repente confrontou com marginais armados e foi troca de tiro. Para a sociedade passou isso, entendeu, que aqui continua tranquilo. Então quem vem de fora, não sabe nada e continua a mesma tranquilidade (Morador 15, favela da zona Sul).

O sentido da “Maquiagem do espaço”, compartilhado entre os moradores, e às vezes diretamente a própria expressão, também apareciam na fala dos mais diversos agentes do Estado, que reconheciam que o trabalho em uma favela “pacificada” era bem distante do que acreditavam os olhares externos – era muito mais complexo. Até mesmo os policiais da UPP, principais “acusados” de contribuírem para a produção da “maquiagem”, reconheciam este efeito no espaço e se expressavam, com muita frequência, por meio de um vocabulário bem semelhante ao dos moradores:

os olhos de quem não está aqui na comunidade e mesmo dos policiais lá fora: “é uma comunidade pacificada”, bonitinho. Mas aqui dentro tem esses confrontos, ainda tem o tráfico, ainda tem tudo isso. O que as pessoas estão recebendo é a mensagem de que a comunidade está pacificada. Mas, na verdade, nós que estamos aqui dentro sabemos que isso aqui é um barril de pólvora. (...) Então, a maquiagem é essa, continua tendo e a gente continua aqui brigando lutando realmente pela pacificação para evitar que os moradores convivam com essa situação de arma e de venda de drogas, de roubo, e corre pra cá, enfim, e lá fora para a população a parte, não acontece nada disso (Representante da UPP 14, Favela da zona Sul).

O uso de metáforas, denominadas de tropos na análise retórica, tem a propriedade de transferir significados de um objeto a outro (BAUER e GASKELL, 2012). A “maquiagem” e as metáforas equivalentes retratadas aqui transferem à favela “pacificada” a capacidade de produção de uma estética falsa, e quando associada ao adjetivo “malfeita” revela que é também fácil de ser desvelada. Por baixo da “maquiagem”, na visão dos moradores, a favela “pacificada” não parece exibir a beleza que sua “maquiagem” transmite aos olhares externos.

Muitas mudanças na matéria do espaço das favelas foram realizadas desde o início do “processo de pacificação”. Mas a matéria também possui uma dimensão simbólica, e emite significados (YANOW, 2010). Para Yanow (2010), também é preciso se atentar para o significado que as coisas emitem e reconhecer que o espaço é um ator significativo na criação e comunicação de significado. Ou, conforme lembrou Santos (2009b, p. 59), “as coisas nascem já prenhes de simbolismos, de representatividade, de uma intencionalidade destinados a impor a ideia de um conteúdo e de um valor que, em realidade, elas não tem. Seu significado é deformado pela sua aparência”. Assim, Santos (2009b) nos lembra que os objetos espaciais se apresentam a nós de forma a nos enganar.

É nesse sentido que a metáfora da “maquiagem do espaço” com frequência evocada pelos moradores com vistas a retratar a discrepância entre as “realidades” das favelas, interna e externamente, são aqui reinterpretadas teoricamente como um conjunto de significados emitidos por elementos materiais que não condiz com a realidade daquele espaço na perspectiva de seus habitantes ou daqueles que vivem o seu cotidiano. Assim, embora a presença de diversos agentes do Estado na favela e de várias obras simbolize uma ideia de organização, progresso e desenvolvimento do espaço, na visão dos

moradores tem-se também uma desorganização e uma “administração da pobreza”; e embora a ausência de armas e tiros e a presença de policiais simbolize um espaço seguro e organizado, na visão dos moradores também está sendo produzida uma desorganização que gera insegurança. Ou, como afirmaram os próprios policiais, a favela “pacificada” é, na verdade, “um barril de pólvoras”.

### **Conclusão**

Neste trabalho tivemos por objetivo analisar em que medida os agentes do campo burocrático do Estado em ação nas favelas, no contexto da pacificação, transformam o espaço social, em prol da superação das condições de desigualdade. Por meio de nossa pesquisa de campo em duas favelas cariocas, conseguimos acessar a realidade das favelas a partir da perspectiva de seus habitantes e dos agentes do campo burocrático do Estado em ação nesses espaços.

Buscamos demonstrar como o campo burocrático do Estado impõe padrões de dispersões e sobreposições aos processos de organizar de seus agentes. As diferenças em objetivos e lógicas dos agentes inibe conexões entre seus processos de organizar, levando a processos de organizar sobrepostos e dispersos. Essa análise ilustra o imbricamento entre campos e processos de organizar, a qual merece ser mais explorada em estudos organizacionais.

Em seguida, mostramos os efeitos deste imbricamento no espaço social de favelas. Buscamos demonstrar, com base nas falas de moradores de favelas e agentes do Estado, que processos de organizar sobrepostos e descontínuos não são capazes de levar a transformações maiores nas favelas, a resgatá-la de sua situação de pobreza. Agentes do campo burocrático do Estado parecem ser capazes de realizar apenas aquilo que os moradores chamam de uma “administração da pobreza”, baseada em mudanças paliativas, ou mudanças materiais que dão os contornos de uma maquiagem. Isto parece explicar a nossa questão inicial: embora o Estado esteja presente nas favelas, especialmente em um contexto de política de “pacificação”, as favelas ainda possuem uma série de necessidades básicas não satisfeitas, porque a dinâmica do campo burocrático do Estado leva a processos de organizar capazes apenas de realizar uma “administração da pobreza” e uma “maquiagem no espaço”.

### **Referências**

BEYES, T., & MICHELS, C. (2011). The production of educational space: Heterotopia and the business university. *Management Learning*, 42(5), 521–536.

- BEYES, T., & STEYAERT, C. (2011). Spacing organization: non-representational theory and performing organizational space. *Organization*, 19(1), 45–61.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. Cursos no Collège de France. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P. *Sur l'État: cours au college de France*. Paris: Raisons d'agir/Éditions du Seuil, janvier 2012.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L.; FARAGE, S. Rethinking the State: genesis and structure of the bureaucratic field. *Sociological Theory*, v. 12, n. 1, p. 1-18, Mar., 1994.
- CLEGG, S. ; KORNBERGER, M. (Ed.). *Space, organizations and management theory*. Oslo: Liber, 2006.
- COLLINSON, D., & COLLINSON, M. (1997). Delaying managers': Time-space surveillance and its gendered effects. *Organization*, 4(3), 375–407.
- CONRAD, L., & RICHTER, N. (2013). Materiality at work: A note on desks. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, 13(1), 117–136.
- COSTA, C. F. DA, & GOULART, S. (2011). O jogo social e a produção de acontecimentos no território: o caso da Rede Arrozeiras do Sul. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(4), 998–1014.
- CZARNIAWSKA, B. Going back to go forward: on studying organizing in action nets. In: HERNES, Tor; MAITLIS, Sally. *Process, sensemaking, and organizing*. Oxford University Press, 2010.
- CZARNIAWSKA, BARBARA. *A theory of organizing*. Edward Elgar Publishing, 2014.
- DALE, K. (2005). Building a Social Materiality: Spatial and Embodied Politics in Organizational Control. *Organization*, 12(5), 649–678.
- DALE, K.; BURRELL, G. *The spaces of organisation and the organisation of space: power, identity & materiality at work*. New York: University of Leicester, 2008.
- DASKALAKI, M. (2014). Mobility in urban social events: Towards organizational transvergence. *Culture and Organization*, (June 2015), 37–41.
- EVERETT, J. Organizational research and the praxeology of Pierre Bourdieu. *Organizational Research Methods*, v. 5, p. 56, 2002.
- FAHY, K. M., EASTERBY-SMITH, M., & LERVIK, J. E. (2014). The power of spatial and temporal orderings in organizational learning. *Management Learning*, 45(2), 123–144.

- FLEMING, P., AND A. SPICER. 2004. "You Can Checkout Anytime, but You Can Never Leave": Spatial Boundaries in a High Commitment Organization. *Human Relations* 57, no. 1: 75–94.
- GOULART, S., VIEIRA, M. M. F., COSTA, C. F. DA, & KNOPP, G. (2010). Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(3), 388–403.
- HERNES, T. *The spatial construction of organizations*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2004.
- HIRST, A., & HUMPHREYS, M. (2013). Putting Power in its Place: The Centrality of Edgelands. *Organization Studies*, 34(10), 1505–1527.
- KERR, R., & ROBINSON, S. (2015). Architecture, symbolic capital and elite mobilisations: The case of the Royal Bank of Scotland corporate campus. *Organization*.
- LANGLEY, A.; TSOUKAS, H. Introducing "perspectives on process organization studies". In: HERNES, TOR; MAITLIS, SALLY. *Process, sensemaking, and organizing*. Oxford University Press, 2010.
- LEFEBVRE, HENRI. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 2007.
- LINDBERG, K., & CZARNIAWSKA, B. (2006). Knotting the action net, or organizing between organizations. *Scandinavian Journal of Management*, 22(4), 292–306.
- MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular, 2009.
- ORLIKOWSKI, W. J. (2007). Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. *Organization Studies*, 28(9), 1435–1448.
- PANAYIOTOU, A, & KAFIRIS, K. (2011). Viewing the Language of Space: Organizational Spaces, Power, and Resistance in Popular Films. *Journal of Management Inquiry*, 20(3), 264–284.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.